

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, ENSINO INTEGRAL E REFORMA DO ENSINO MÉDIO, RENOVAÇÃO, ATUALIZAÇÃO OU REEDIÇÃO? O MODELO DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE PERNAMBUCO

Joseane Fátima de Almeida Araújo; Kacilândia Cezário Gomes Pedroza; Maria de Lourdes Pereira do Amaral Lima; Márcia Socorro Florêncio Vilar

Universidad Nacional de Rosário, joseanefalmeida@gmail.com, Universidad Nacional de Rosário, kacilandia@hotmail.com, Universidad Nacional de Rosário, lourdinhaamarall@hotmail.com.br, Universidad Nacional de Rosário, marciafvilar@yahoo.com.br

Resumo: O estudo aqui desenvolvido e apresentado, busca apontar as novas práticas adotadas em relação ao currículo do ensino médio e as políticas públicas desenvolvidas nas escolas da rede estadual de ensino de Pernambuco voltadas para a qualificação profissional e formação integral, tendo como *locus* da investigação a região do Complexo Industrial de Suape em Pernambuco e adjacências. O estudo contou com a participação de autoridades ligadas a educação em Pernambuco no âmbito público e privado nas cidades do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. As discussões apresentadas foram elencadas a partir da realização de entrevistas semiestruturadas com as referidas autoridades (secretários de estado, gerentes regionais e locais) em educação e, também a partir de questionário aplicado junto a estudantes do 3º ano do ensino médio da rede estadual de ensino de Pernambuco da região supra citada. Quanto a metodologia utilizada, fizemos uso da análise quali-quantitativa com a utilização da técnica da análise de discurso. Do estudo ora apresentado conseguimos obter como resultado através dos sujeitos envolvidos na investigação que a escola nos moldes que se encontra hoje, não prepara adequadamente os estudantes para o ingresso e permanência no mercado de trabalho, e, que para que essa constatação seja modificada é preciso que haja um investimento maior na qualidade da educação para que essa de fato se torne prioridade em nosso estado e em nosso país, o que vem ocorrendo a partir das discussões e implementação da reforma do ensino médio pelo Ministério da Educação. Nesse sentido, a partir do estudo desenvolvido, analisamos que mesmo com todos os avanços que estão ocorrendo no Brasil, com programas e leis de incentivo a educação básica e profissional, é preciso mais investimentos destinados à educação, para que os estudantes acreditem que a educação é o caminho para a formação/transformação social e, a partir dela se tornem sujeitos críticos e conscientes com oportunidades e competências que lhes acompanharão durante toda a vida.

Palavras-chave: Educação Profissional, Educação Integral, Reforma do Ensino Médio.

Introdução

Esse estudo tem como objetivo compreender as relações estabelecidas entre os processos de formação e qualificação dos estudantes do ensino médio e as demandas do mercado de trabalho na região de Suape/PE. Partindo do princípio de que a escola no nível médio não apresenta as condições necessárias para que os estudantes se sintam seguramente preparados para os desafios impostos ao longo da vida findo o período escolar.

Diante da informação acima elencada, defendemos a tese de que uma reforma precisa ocorrer nas práticas educativas, o que corrobora com a visão apresentada por Arroyo (1999), que afirma que a escola tem um merecido papel de destaque para que as mudanças de fato possam vir a acontecer, tanto no âmbito do conhecimento, o que aconteceria de fato nas escolas colaborando com as relações sociais de produção o que vai além das relações tradicionais de ensino e aprendizagem. Esse processo traz a escola a condição positivista ou crítica de mantenedora das relações da concepção capital-trabalho. Valor esse estabelecido através da teoria do capital humano.

Outro exemplo a ser analisado, é apontado por Llomovatte (1999), quando apresenta o caso da Argentina e das políticas internacionais de educação e trabalho, onde a referida estudiosa afirma que “os cursos técnico-profissionalizantes são ‘módulos optativos de aprendizagem, que oferecem uma formação profissional mais ampla do que a das, até agora chamadas, escolas técnicas’; ‘vinculam-se com áreas específicas de trabalho’ e outorgam um título técnico na especialidade escolhida”. Acolhem ainda a exigência de demanda dos empresários que pedem ao sistema educacional uma maior amplitude em determinados aspectos como pensamento, trabalho em equipe, iniciativa e flexibilidade de seus futuros trabalhadores do que era pedido no passado.

Podemos apresentar também, outro aspecto a essa discussão acerca da educação profissional, que é a noção de competência exigida atualmente pelo mercado de trabalho, pois ocorre uma constante atualização através da educação continuada, financiada ou não, visão essa existente em vários países e não apenas no Brasil, Deffune e Depresbiteris (2002), falam do caso espanhol, onde a educação de forma contínua “é definida como uma oportunidade para melhorar ou adaptar as competências, estando reservada a trabalhadores cujas atividades de formação são financiadas, total ou parcialmente, pelos empregadores”. Outro exemplo citado é o caso da Dinamarca, onde a noção de formação continuada assume um caráter mais amplo, incluindo não só a formação profissional, mas também a educação geral.

A partir das discussões apontadas, percebemos que uma nova escola precisa ser construída/reconstruída, e esta por sua vez, deve agregar e atender as expectativas tanto dos estudantes quanto do mercado cada vez mais exigente, e essas exigências nos colocam em xeque, pois de acordo com a nova ótica do mercado, afirma Ferretti (2004, p. 407), é preciso uma educação que proporcione uma formação plena e não apenas técnico-profissional aos trabalhadores e tal educação não era mais defendida por eles, mas pelo próprio capital. Dessa maneira, é preciso termos operários não apenas bem preparados tecnicamente, mas também mais bem educados, no

sentido amplo do termo. Martins (2000) analisa a questão da formação profissional a partir da crítica ao sistema vigente que privilegia mais a satisfação das necessidades dos organismos internacionais que a formação geral do cidadão, tal qualificação então, recairia sobre o país que deveria privilegiar a formação de cidadãos, como indivíduos capazes de entenderem o processo produtivo, além alterarem-se e alterarem-no criativamente de acordo com os novos processos produtivos. “Isso possibilitaria a emergência de condições propícias aos sujeitos de lutarem pelo estabelecimento de uma nova ordem social superando a atual, profundamente dicotomizada entre os que têm conhecimento e os que o aplicam simplesmente”.

Diante dessa realidade, Frigotto (2007) afirma que se faz necessário no Brasil uma política educacional que una os dois lados da educação que hoje se fazem antagônica (educação básica e educação profissional), para que a educação de fato cumpra seu papel de formar um cidadão completo, preparado para a vida e para o trabalho, “portanto, uma educação não-dualista, que articule cultura, conhecimento, tecnologia e trabalho como direito de todos e condição da cidadania e democracia efetivas”.

Deffune e Depresbiteris (2002, p. 85), acreditam que um novo paralelo deve ser feito entre a educação geral e a educação profissional, pois “é fundamental que as instituições de educação profissional valorizem todas as áreas profissionais que ofereçam em seus currículos”. Fato nem sempre respeitado por essas mesmas instituições que ainda praticam certa discriminação com áreas rotuladas como “menos nobres” em relação a outras bastante valorizadas pelo mercado. Afirmando ainda que, a educação profissional não resolve o problema do desemprego nem gera trabalho por si mesmo, pois esse é o papel das políticas públicas de trabalho e renda, dentro de uma perspectiva de crescimento econômico, no qual a educação profissional deve estar articulada através da humanização dos currículos.

Um grande papel no contexto da análise e discussão da relação educação/trabalho, é dada a escola e também ao espaço que essa ocupa, no sistema de ensino dentro da sociedade atual, Libâneo (2006), aponta sobre essa discussão algumas questões críticas quanto às políticas educacionais e ao sistema de ensino que perdem a força analítica se não tiverem como referência de fato a escola e suas funções sociais e pedagógicas. Aponta ainda que, essa dura realidade das escolas e dos sistemas de ensino é percebido que há uma desconexão entre o sistema escolar e as escolas, fazendo dessas duas instâncias impenetráveis, o que acaba “por comprometer um projeto de educação de nação, à medida que o sistema escolar (com seus

agentes) desconsidera o motor da instituição escolar”, com seus processos de aprendizagem e de ensino que levam a mudanças qualitativas no desenvolvimento e na aprendizagem dos estudantes.

Corroborando com essas análises, Roldão (2010) aponta que a escola ao longo dos tempos não sofreu muitas alterações, pois ainda mantém velhas estruturas de funcionamento, “quando os públicos eram muito mais restritos e homogêneos e as finalidades menos ambiciosas para a maioria, embora mais seletivas para um leque restrito”. E é nessa lógica que toda a orgânica da escola permanece funcionando, com suas metodologias dominantes.

Quanto ao desenvolvimento do currículo baseado na prática cotidiana Santomé (1998, apud Libâneo, 2006) afirma que a instituição escolar, nas diferentes áreas do conhecimento e experiência deverá entrelaçar-se, complementar-se e reforçar-se mutuamente, contribuindo desse modo de forma mais eficaz e significativa com o trabalho de construção e reconstrução do conhecimento e dos conceitos, habilidades, atitudes, valores, hábitos que uma sociedade estabelece democraticamente ao considerar esses elementos como necessários para obtermos uma vida mais digna, ativa, autônoma, solidária e democrática.

Nesse sentido, através desse teórico podemos refletir acerca de quais são de fato os objetivos pelos quais a escola deve se guiar, destacando principalmente aqueles nas quais determinadas inovações não surtem os efeitos desejados quando de fato não são direcionadas aos agentes constituintes dessa mesma escola. Logo, descobrimos que, o objetivo primordial da escola é promover a aprendizagem dos estudantes, e isso só é possível através da atividade realizadas pelos professores e, também, pelas condições oferecidas pelas práticas de organização e de gestão. Dentro dessa mesma lógica, vale afirmar que são de pouca valia inovações administrativas, a gestão democrática, as práticas participativas de gestão, as eleições para diretor, a instalação de equipamentos informacionais e outras coisas que constituem as novas práticas escolares, se, mesmo com todas essas inovações instituídas os alunos continuam apresentando baixo rendimento escolar e, com isso comprovamos que a aprendizagem não é consolidada.

Libâneo aponta ainda, o real papel da escola é ser o lugar da apropriação ativa da cultura, da ciência, da arte, o que não se assegura sem parâmetros mínimos de organização, rigor e acompanhamento sistemático. Precisamos democratizar o ensino e com isso, assegurar melhores níveis de aprendizagem, mesmo com a exclusão proveniente das práticas globalizantes, todos os estudantes devem se apropriar dos conteúdos e das habilidades cognitivas fundamentais para que



possam instrumentalizar-se para enfrentar o mundo do trabalho, da cultura, da política, o que se tornaria a melhor forma de evitar a exclusão, pois assegura, contudo condições físicas, materiais, pedagógicas, psicológicas, para uma efetiva aprendizagem, bem como a valorização dos professores que passariam a ser bem pagos e profissionalmente bem formados. Conclui, a partir dessas discussões que a tarefa das escolas fica muito clara, que é o de assegurar as condições para que a aprendizagem escolar torne-se mais eficaz, mais sólida, mais consolidada, enquanto ferramenta para as pessoas lidarem com a vida.

Metodologia

Nosso estudo foi realizado com sete autoridades ligadas a área da educação básica e da educação profissional na região do Complexo Industrial de Suape e regiões circunvizinhas, onde a partir dessa investigação tendo como objeto de estudo o olhar dos estudantes do 3º ano do Ensino Médio - por se tratarem de jovens que estavam em série terminal do ensino básico com idades entre 16 e 24 anos -, período no qual há um interesse maior em relação ao ingresso no mercado de trabalho, e que, por estarem nessa condição representam, também, mão de obra disponível e supostamente apta para atenderem a demanda da região em questão.

Aplicamos para tanto, como instrumento de coleta de dados, uma entrevista semiestruturada com as autoridades responsáveis pela gestão da educação – no âmbito público e privado -, quanto a escuta dos estudantes, essa por sua vez se deu através de um questionário com 10 (dez) perguntas de múltipla escolha acerca do tema em questão (educação, formação profissional e mercado de trabalho), devido à escolha por esses instrumentos de investigação, fez-se uso da linha qualitativa (entrevistas) e quantitativa (questionários), analisadas sob a égide da Análise do Discurso (AD) na linha francesa através da estudiosa brasileira Eni Orlandi (2005).

Resultados e Discussão

Atualmente estamos vivenciando no Brasil o início de uma nova roupagem e/ou formato para o ensino médio no país. Essa proposta nos traz um foco para o modelo implantado no estado de Pernambuco desde o governo de Eduardo Campos (2007-2014), haja visto que o Ministro da Educação Mendonça Filho é Pernambuco e conhece bem o formato proposto, além do êxito que

esse modelo possui no estado, inclusive o aumento significativo no Ideb¹ de Pernambuco, fazendo com que o estado ocupe posição de destaque no cenário nacional.

O formato existente em Pernambuco, introduz dentro do ensino médio a Educação Integral (através das ERENS – Escolas de Referência em Ensino Médio²) e a Educação Profissional (através das ETEs – Escolas Técnicas Estaduais³), além do modelo tradicional existente em todo o país.

Diante dessa realidade aqui apresentada, surgiu a preocupação que norteou essa investigação através do *locus* estudado, pois se trata de uma região de grande demanda de mão-de-obra especializada, o que requer uma maior preocupação com a formação profissional, além de ouvir os jovens quanto ao seu interesse e motivação para a demanda na região em questão, além das políticas públicas que os gestores educacionais estavam desenvolvendo em relação a essa dualidade educacional: preparação para a vida *versus* preparação para o trabalho.

Conseguimos obter através da investigação realizada acerca das políticas públicas implantadas pelo atual governo - seguindo as linhas do governo anterior - do estado de Pernambuco para a educação profissional, que tanto os estudantes quanto os gestores ligadas à educação, percebemos um consenso na visão acerca de que o investimento que vem sendo feito na educação profissional – com a construção de várias Escolas Técnicas -, é muito positivo; porém, os estudantes, por sua vez, nos apontam que muito ainda precisa ser feito, pois a educação deve ser

¹ Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações.

² Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM) da Rede Estadual de Ensino é organizado para atender os estudantes em jornada ampliada da aprendizagem. A Educação Integral em Pernambuco tornou-se Política Pública de Estado em 2008. O modelo fundamenta-se na concepção da educação interdimensional, como espaço privilegiado do exercício da cidadania e o protagonismo juvenil como estratégia imprescindível para a formação do jovem autônomo, competente, solidário e produtivo. Desse modo, ao concluir o ensino médio nas escolas de Educação Integral, o jovem estará mais qualificado para a continuidade da vida acadêmica, da formação profissional ou para o mundo do trabalho. (Fonte: <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&men=70>).

³ Pernambuco dispõe, hoje, de ampla rede de instituições que oferecem educação profissional gratuita em diversas habilitações. As novas cadeias produtivas aportadas neste Estado, nos últimos anos, vêm gerando uma demanda crescente por mão de obra especializada, trazendo dinamismo econômico e, principalmente, novas oportunidades para a educação técnica. Assim, o Governo do Estado de Pernambuco definiu como uma das suas prioridades a valorização, ampliação e estruturação da Rede Estadual de Educação Profissional e Tecnológica. Como resultado do esforço realizado na área, temos, atualmente, 28 Escolas Técnicas Estaduais em funcionamento, cerca de 27.480 estudantes matriculados nestas unidades e a oferta de 35 cursos em 23 municípios distribuídos em 12 Regiões de Desenvolvimento que compõem o Estado. Os cursos são organizados por eixos tecnológicos: Ambiente e Saúde; Informação e Comunicação; Gestão e Negócios; Infraestrutura; e Controle de processos industriais. (Fonte: <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&men=71>).

valorizada em todos os seus aspectos, para que com isso, possa atender aos anseios dos jovens com suas inseguranças e visão do futuro. As políticas públicas devem atender tanto ao déficit profissional oriundos de muitos postos de trabalho que estão ociosos, quanto de formação acadêmica mais ampla, com a atuação em diversas áreas do conhecimento, como o currículo existente nas escolas integrais, que possuem uma carga horária maior que a exercida nas escolas regulares, com maior tempo para áreas afins, como o proposto pela recente reforma do ensino médio.

Outro aspecto discutido ao longo da realização dessa investigação foi a qualificação profissional, e esta por sua vez, foi considerada um elemento muito importante utilizado tanto pelos estudantes, quanto pelos gestores entrevistados. Pois, consideraram que atualmente a visão do mercado requer profissionais cada vez mais preparados e que possuam um diferencial, e esse diferencial se constitui na aquisição de um curso profissionalizante, se tornando uma busca individual para uma melhor preparação e inserção no mercado de trabalho (SAMPAIO, 2010; KOVÁCS, 2002).

Através do destaque dado a posse de um curso profissionalizante, os sujeitos envolvidos na investigação demonstraram que de fato é importante para que sejam atendidas as novas exigências do mercado de trabalho, afirmaram ainda que, a ampliação da oferta desses cursos deve ser estimulada, e o pontapé inicial foi dado através do Governo Federal quando instituiu um Programa de Governo chamado PRONATEC, que oferece parcerias com empresas privadas para atender a demanda desses jovens de camadas populares oriundos das escolas públicas para que os mesmos consigam adquirir essa qualificação e a partir daí obterem mais oportunidades para concorrer no mercado de trabalho (DEFFUNE & DEPRESBITERES, 2002; OLIVEIRA, 2005; FERRETTI, SILVA JR. & OLIVEIRA, 1999).

O que será proporcionado em relação a reforma do ensino médio e seus efeitos acerca das discussões ora apresentadas ainda não podemos prever, já que essa se encontra em fase de implantação, porém, podemos dizer que ela é inevitável e que a realidade vivenciada nas escolas pelos jovens precisa e deve ser modificada para atender as expectativas desse público que busca através de um novo olhar uma escola que de fato represente seus anseios e a realidade na qual eles estão inseridos. E que venha a reforma e que traga efeitos positivos sobre a educação do país.

Conclusões

O estudo aqui desenvolvido parte das inquietações advindas da prática docente em relação a escola e a oferta do ensino médio para os jovens, tais como: Por que a escola não os prepara para o trabalho? Por que a escola não os prepara para a vida? Por que muitos estudantes precisam abandonar a escola para trabalhar? Ou ainda por que a escola não lhes dá certezas e não apenas dúvidas sobre o que os espera mais adiante especialmente nas escolas públicas?

Nesse sentido, a partir das inquietações ora apresentadas, surgiu o objeto de estudo dessa pesquisa onde procuramos compreender a relação estabelecida pelos jovens-estudantes entre a educação básica na rede pública estadual e a formação profissional no estado de Pernambuco, onde possuímos nesse contexto, uma formação integral, uma formação técnica e a formação tradicional/regular.

Esses jovens (objeto de estudo) representam um futuro promissor para as políticas de governo que visam de acordo com o discurso oficial a partir da ampliação da rede de escolas técnicas estaduais e da introdução/ampliação do ensino integral qualificá-los e com isso atender a demanda cada vez mais crescente de qualificação e profissionalização que o mercado de trabalho requer. Baseado nessas mudanças o ministério da educação – MEC, está trabalhando em cima de uma adequação do ensino médio a nova realidade vivenciada por esses estudantes na preparação para a vida, o mercado e a qualificação profissional, fato esse já existente em Pernambuco com as políticas públicas desenvolvidas no estado desde o governo de Eduardo Campos, através da modernização e adequação das novas tecnologias e profissões que delas fazem uso.

Kuenzer (2000, p. 29) nos traz uma reflexão acerca da escola pública e sua relação com o ensino médio, os jovens e sua formação, onde para a referida autora:

A escola pública de Ensino Médio só será efetivamente democrática quando seu projeto pedagógico, sem pretender ingenuamente ser compensatório, propiciar as necessárias mediações para que os filhos de trabalhadores e excluídos estejam em condições de identificar, compreender e buscar suprir, ao longo de sua vida suas necessidades em relação à produção científica, tecnológica e cultural.

Com o estudo desenvolvido a partir das entrevistas realizadas e dos questionários aplicados, procuramos desenvolver respostas para as questões levantadas inicialmente quanto ao novo perfil de formação do jovem trabalhador, diante das novas exigências do mercado de trabalho e, também quais foram as Políticas Públicas que vem sendo implantadas no Brasil desde a década de 1990 até o momento atual, em Pernambuco e também no Brasil. A partir desse estudo, chegamos as

seguintes considerações: 1. Concluímos a partir dos depoimentos obtidos que há uma supervalorização da qualificação profissional a partir de cursos profissionalizantes e de programas de governo para tal fim como o Pronatec criado pelo governo federal que atuar em todo o país tanto nas esferas públicas em parceria com os governos de estado e municípios, bem como em parceria com instituições privadas como o sistema S na busca pela qualificação de jovens e adultos em condições de ingresso no mercado de trabalho. 2. Foi percebido também, através dos discursos elencados uma crítica contundente ao ensino público descontextualizado, além do destaque dado ao novo perfil de profissional baseado nas *competências e habilidades* que, segundo os gestores ouvidos nas entrevistas, devem ser adquiridas por meio do conhecimento – mas que na realidade estamos cansados de saber que é uma característica individual. 3. Quanto aos jovens, encontramos o discurso de que deveriam fazer um curso profissionalizante específico, pois sem ele, não seria possível ingressar e muito menos permanecer no mercado de trabalho na região de Suape, porém, esse déficit de mão de obra especializada em Pernambuco pode ser dirimido com o aumento do número de escolas técnicas estaduais, que é importante, mas que essa medida, sozinha não irá resolver o problema da qualificação profissional para essa região, pois só conseguem ocupar os postos de alta rentabilidade pessoas com tempo e recursos disponíveis para tal fim. Então, com isso, conclui-se que de fato qualificação é tudo na hora do ingresso no mercado de trabalho.

Por fim, o estudo ora apresentado nos fez refletir e descobrir que vivemos cada vez mais um momento histórico de retorno às práticas educacionais baseadas na teoria do capital humano, com uma nova roupagem moldada pela globalização a partir dos anos 90, percebemos também, que a educação nunca esteve tão ligada à economia como nesse momento não tendo especialmente em Pernambuco como se dissociar, pois se para conseguir atender a necessidade do Complexo Industrial de Suape é preciso se especializar, mas como fazê-lo em um ensino ultrapassado e conteudista como o desenvolvido nas escolas da rede estadual de ensino, restringindo-se apenas essa mesma qualificação a algumas escolas técnicas que não suportam a demanda que o estado requer - não que isso não seja positivo, e o é, mas é preciso que de fato essa ação seja desenvolvida de forma ampla e irrestrita. Logo, diante desse fato, defendemos a tese de que a educação se faz com políticas sérias e comprometidas com a realidade social, política e econômica na qual os jovens estão inseridos, utilizando-se dela não apenas de forma unilateral, mas de forma ampla e irrestrita, tornando-se com essa nova realidade educacional sujeitos críticos e conscientes do papel que desempenham na sociedade.

Referências

ARAÚJO, Joseane Fátima de Almeida. **Educação, Qualificação Profissional e Mercado de Trabalho: estudo sobre os impactos na educação da expansão econômica do complexo industrial de Suape/PE/Brasil**. 2013. 77f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias: Lisboa, Portugal, 2013.

ARROYO, Miguel G. **As relações sociais na escola e a formação do trabalhador**. In FERRETTI, Celso João; SILVA JÚNIOR, João dos Reis & OLIVEIRA, Maria Rita N. Sales. **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?** Xamã. São Paulo, 1999.

DEFFUNE, Deise & DEPRESBITERIS, Léa. **Competências, habilidades e currículos de educação profissional: crônicas e reflexões**. Editora SENAC. São Paulo, 2002.

FERRETTI, Celso João. **Considerações sobre a apropriação das noções de qualificação profissional pelos estudos a respeito das relações entre trabalho e educação**. In Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 401-422, maio/ago. 2004. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

FRIGOTTO, Gaudêncio. **“A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica”**. In: Revista Educação & Sociedade, vol. 28, nº 100, Campinas, Oct. 2007. (Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2328100.pdf>).

KOVÁCS, Ilona. **Qualificações e ensino/formação na era da globalização**. In SCHERER-WARREN, Ilse & FERREIRA, José Maria Carvalho (orgs.). **Transformações e dilemas da globalização: um diálogo Brasil/Portugal**. Cortez. São Paulo, 2002.

KUENZER, Acácia Zenaide. **O ensino médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito**. In: Revista Educação & Sociedade, vol. 21, nº 70. Campinas, Apr. 2000. (Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n70/a03v2170.pdf>).

LIBÂNEO, José Carlos. **Sistema de ensino, escola, sala de aula: onde se produz a qualidade das aprendizagens?** In LOPES, Alice Cassimiro & MACEDO, Elizabeth (organizadoras). **Políticas de Currículo em Múltiplos Contextos**. Cortez. São Paulo, 2006.

LLOMOVATTE, Sílvia. **A reforma educacional na Argentina: o vínculo educação-trabalho**. In FERRETTI, Celso João; SILVA JÚNIOR, João dos Reis & OLIVEIRA, Maria Rita N. Sales. **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?** Xamã. São Paulo, 1999.

MARTINS, Marcos Francisco. **Ensino técnico e globalização: cidadania ou submissão?** Autores Associados. Campinas, SP, 2000.

OLIVEIRA, Ramon de. **Empresariado industrial e a educação brasileira: qualificar para competir?** Cortez. São Paulo, 2005.

ORLANDI, E. P. **Análise do Discurso. Princípios e Procedimentos**. Pontes. Campinas, SP, 2005.

ROLDÃO, Maria do Céu. **A função curricular da escola e o papel dos professores: Políticas, discurso e práticas de contextualização e diferenciação curricular**. In Nuances: estudos sobre educação. Ano XVII. v. 17 n. 18. p. 230-241, jan./dez. 2010. (Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/viewFile/767/788>).

SAMPAIO, Inayá Maria. **Trabalho e Educação: paradoxos na formação do trabalhador**. In FRANÇA, Robson Luiz de (org.). Educação e Trabalho: políticas públicas e a formação para o trabalho. Editora Alínea. Campinas, SP, 2010.